

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.241 - MS (2019/0226904-6)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : JULIANO CORREA AGUIRRE (PRESO)
ADVOGADO : ISAIAS EUGENIO - MT016674
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JULIANO CORREA AGUIRRE, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul assim ementado (fl. 138):

HABEAS CORPUS - ROUBO CIRCUNSTANCIADO - PRETENDIDA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - ORDEM PÚBLICA AFETADA - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL - REQUISITOS PREENCHIDOS DECRETO PRISIONAL MANTIDO - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ORDEM DENEGADA, COM O PARECER.

A prisão preventiva encontra embasamento na Constituição Federal, em seu artigo 5º, LXI, possibilitando a sua decretação quando presentes os requisitos expressamente previstos, além das condições de admissibilidade do artigo 313 do CPP.

Presentes no caso o *fumus commissi delicti* (existência de prova da materialidade e indícios da autoria) e o *periculum in libertatis*, interessa à ordem pública a manutenção da custódia do paciente, visando impedir que solto volte a oferecer perigo à sociedade, que volte a causar embaraço à instrução, ou furtar-se a aplicação da lei penal, haja vista a anterior fuga do distrito da culpa.

Com o parecer, ordem conhecida, porém denegada.

O recorrente encontra-se preso desde 28/5/2019 pela prática de roubo mediante uso de arma branca e em concurso de agentes, ocorrido em 19/6/2015.

Daí o presente *writ*, em que o recorrente argumenta, em suma, carência dos requisitos dos arts. 312 do CPP, insuficiência dos fundamentos da prisão, condições pessoais favoráveis, além de ausência de contemporaneidade.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva com a imposição de medidas cautelares alternativas.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

Na origem, os autos da ação penal n. 0001115-65.2015.8.12.0052 encontram-se conclusos para sentença, desde 8/11/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A prisão preventiva foi decretada com base nos seguintes fundamentos (fls. 38/40):

O caso é de decretação da prisão preventiva.

Em análise aos autos, verifico que o denunciado está foragido do distrito da culpa.

Como se vê nos autos de inquérito policial, primeiramente foi intimado e não compareceu à Delegacia. Posteriormente procurado em sua residência, local de trabalho e por meio dos números de telefone, não foi encontrado. Informações dão conta de que se mudou para outra cidade.

Com efeito, nos termos do art. 312 do CPP, para a decretação da prisão preventiva, necessário se faz a "prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria", e o preenchimento de um dos seguintes requisitos:

- a) para garantir a ordem pública;
- b) ou por conveniência da instrução criminal;
- c) ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Há prova da materialidade do delito e indícios de autoria, conforme se extrai do conteúdo destes autos, além de que o denunciado, como já dito, fugiu do distrito da culpa, sendo necessária, assim, sua prisão não só em razão da conveniência da instrução criminal, bem como para assegurar a aplicação da lei penal.

[...]

Diante disso, dúvidas não pairam de que a segregação cautelar do denunciado deve ser levada a cabo, em razão da conveniência da instrução criminal, bem como para garantir-se a aplicação da lei penal.

Assim, presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Decreto

a prisão preventiva de Juliano Corrêa Aguirre.

Consta de decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória (fls. 48/49):

Em que pesem as razões expostas pela parte requerente, tenho que a decisão que decretou sua prisão preventiva deve ser mantida integralmente.

O requerente, foi denunciado por roubo circunstanciado na Comarca de Anastácio e se evadiu do distrito da culpa para evitar a aplicação da lei penal, como já decidido nos autos 0001115-65.2015.8.12.0052, razão pela qual estava, e ainda está, presente o mesmo fundamento que outrora embasou a custódia preventiva decretada.

Esse fato Fica evidente pela análise dos autos da ação penal, pois à f. 8 o

adolescente Anderson de Oliveira Silveiro confirmou perante a autoridade policial que estava na companhia do requerente para cometer o crime em questão; o que foi confessado pelo próprio requerente no interrogatório policial à f. 10.

Aliás, embora o requerente diga que possui emprego lícito e residência fixa em Guaíra/PR, juntou comprovante de residência em nome de terceiros e uma declaração sem qualquer comprovação de autenticidade (CTPS, CNIS, etc) que a corrobore.

Além disso, apesar de dizer que trabalha e reside em Guaíra/PR, não explicou o requerente porque foi preso em Fátima do Sul/MS.

Portanto, por entender que a custódia do requerente é imperiosa para se garantir a aplicação da lei penal, mantenho a decisão de f. 105-108 dos autos principais por seus próprios fundamentos e INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva formulado por Juliano Corrêa Aguirre.

Como antecipado em exame liminar que ora se confirma, foi decretada a prisão preventiva do recorrente, uma vez que este se encontrava foragido do distrito da culpa.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a fuga do distrito da culpa é fundamento válido à segregação cautelar, forte da assecuração da aplicação da lei penal. Confira-se: RHC n. 52.178/DF – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer - DJe 2/12/2014; HC n. 289636/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 46439/PR – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze – DJe 2/5/2014; HC n. 261383/MG – 5ª T. – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/4/2014; HC n. 189212/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Marilza Maynard – Des. convocada do TJSE – DJe 12/12/2013. Em igual sentido a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v.g.: HC n. 120794/MG – 1ª T. – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 8/5/2014; HC n. 115045/SP – 1ª T. – Min. Rosa Weber – DJe 23/4/2013; HC n. 111691/SP – 2ª T. – unânime Rel. Min. Gilmar Mendes – DJe 20/11/2012; HC n. 112738/SP – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 21/11/2012.

Ademais, não há falar em ausência de contemporaneidade, uma vez que a notícia da fuga do paciente, na ocasião da prolação da decisão que decretou a prisão preventiva (29/1/2018 - fl. 40) até a data da efetiva prisão, em 28/5/2019, é fato recente e idôneo a ensejar a segregação cautelar.

Desse modo, a ocorrência de fato novo a justificar a necessidade de segregação torna a prisão preventiva legal, por atendimento do requisito essencial da cautelaridade.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à

Superior Tribunal de Justiça

prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator